



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Na sessão dedicada à interpelação oral, que teve lugar em 18 de Maio do corrente ano, questionei o Governo acerca das cinco parcelas de terreno envolvidas num caso de corrupção e localizadas defronte do Aeroporto, indagando porque razão é que em vez de se congelar o respectivo processo de concessão de terrenos, ainda foi autorizado, através do Despacho do Secretário para os Transportes e Obras Públicas n.º 15/2011, a concessão de um outro terreno com 3.900 m² e a alteração da respectiva área de construção, passando esta de 390 mil m² para 730 mil m². Afinal, o que aconteceu para se tomar essa decisão administrativa irregular? É uma questão que muito me preocupa por recear tratar-se de um acto ilegal. Será que algum governante terá praticado tal acto em troca de benefícios (corrupção), por desleixo decorrente do facto de não ter reparado que o caso se encontrava ainda pendente em tribunal (negligência) ou ainda mesmo com perfeita consciência desta condição avançou com a autorização para que se tornasse em facto consumado (violação administrativa)? Encontrando-se as três suposições dentro da alçada do Comissariado Contra a Corrupção, apresentei denúncia a esta entidade.

No decorrer dessa reunião de interpelação oral, a assessora do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Vong lok Ip Francisca, foi incumbida pelo Secretário Lau Si lo de prestar os devidos esclarecimentos, e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

segundo ela: “aquando do acompanhamento do pedido de concessão de cinco lotes de terreno localizados defronte do aeroporto, tal como referido pelo Sr. Deputado, a Administração está atenta ao boato que anda a circular no seio da sociedade, sobre a eventual existência de facto criminoso inerente à concessão de tais terrenos. Assim sendo, a Administração tomou a iniciativa de averiguar, por mais de uma vez, junto dos serviços responsáveis, para aferir da eventual existência de facto criminoso antes de avançar com a autorização da concessão desses terrenos. É possível que por causa do princípio de sigilo inerente ao processo penal, a Administração não tenha conseguido obter, junto do órgão judicial, as devidas informações. Assim sendo, a Administração deve acompanhar o caso em conformidade com as leis em vigor, nomeadamente, a Lei de Terras e o Código do Procedimento Administrativo. O Governo levou já a cabo a alteração dos processos da referida concessão em 30 de Março de 2011, tendo o respectivo despacho sido publicado no Boletim Oficial. A apreciação e autorização da alteração do pedido de concessão dos referidos terrenos seguiram, na totalidade, os termos das leis vigentes.”

O que se frisa nesta explicação é que antes da emissão do Despacho n.º 15/2011 do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, os serviços competentes consultaram, por mais de uma vez, a respectiva entidade judicial, mas que, no entanto, nunca receberam da mesma informações acerca da concessão dos terrenos em questão, se esta envolvia ou não matéria criminal. Tendo em conta o sistema judicial de Macau, pode pensar-se que o Secretário para os Transportes e Obras Públicas deveria, em princípio, consultar o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Ministério Público, uma vez que até à chegada dos processos ao tribunal, é esta a entidade com mais autoridade. Mas a impressão com que as pessoas ficam é que o Ministério Público, por razões que têm a ver com o segredo de justiça, não “pôde” responder ao Secretário Lao Si Io.

No dia 25 de Maio do corrente ano, o Ministério Público esclareceu as questões apresentadas no dia anterior por um residente no “Macau Forum”. Segundo o ofício enviado pela Divisão de divulgação e intercâmbio do Ministério Público à Rádio Macau, relativamente aos 5 terrenos localizados defronte do aeroporto e envolvidos na 3.^a fase do caso de corrupção Ao Man Long, o Ministério Público esclarece que: “após as respectivas verificações, o Ministério Público não recebeu qualquer pedido de esclarecimento ou comunicação sobre se os referidos terrenos estavam envolvidos no caso de corrupção Ao Man Long, neste momento em julgamento ou à espera de sentença. O Ministério Público afirma ainda que, na qualidade de entidade judicial, vai, com certeza, cumprir as regras da legislação penal e tratar os casos em consonância com os respectivos procedimentos.”.

Este esclarecimento do Ministério Público levantou dúvidas. Será que o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lao Si Io, mentiu publicamente na reunião da AL? E para se esquivar afirma que não sabe que os 5 terrenos estão envolvidos no caso corrupção, acabando por decidir “aditar alguns ingredientes e autorizar”, por forma a dar luz verde a concessões de terrenos envolvidos num caso de corrupção?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Face ao exposto, interpelo oralmente o Governo sobre o seguinte:

1. No decorrer da reunião da interpelação oral, que teve lugar em 18 de Maio, a assessora do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Vong lok Ip Francisca, foi incumbida pelo Secretário Lau Si lo para prestar esclarecimentos sobre o pedido de concessão de cinco terrenos localizados defronte do aeroporto. Afirmou a mesma que no decorrer do acompanhamento do caso, o respectivo Secretário tomou a iniciativa de averiguar, por mais de uma vez, junto dos serviços responsáveis, mas não conseguiu obter, junto do órgão judicial, informações sobre a eventual existência de facto criminoso inerente à concessão de terrenos. Junto de que órgão judicial é que isso foi averiguado? Junto do Ministério Público ou de qualquer outro órgão judicial?

2. No dia 25 de Maio do corrente ano, o Ministério Público através da Rádio Macau esclareceu que: “após as respectivas verificações, o Ministério Público não recebeu qualquer pedido de esclarecimento ou comunicação sobre se os referidos terrenos estão envolvidos no caso de corrupção Ao Man Long, neste momento em julgamento ou à espera de sentença. O Ministério Público afirma ainda que, na qualidade de entidade judicial, vai, com certeza, cumprir as regras da legislação penal e tratar os casos em consonância com os respectivos procedimentos.”. Antes do caso chegar ao tribunal passa pelo Ministério Público, que é a entidade com maior autoridade. Assim sendo,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

porque é que o Secretário para os Transportes e Obras Públicas não consultou o Ministério Público?

3. Mesmo que não houvesse lugar a julgamento, o certo é que o MP e o CCAC iriam, sem dúvida, requerer junto dos serviços competentes o fornecimento de grande quantidade de informações relativas à concessão das cinco parcelas de terreno localizadas defronte do aeroporto. E seria impossível os serviços competentes não terem conhecimento da existência de problemas com essas parcelas. De facto, o empreiteiro nunca desenvolveu o terreno, desde a sua aquisição em 2006, a situação alterou-se em Março de 2011, quando o Governo, através do Despacho n.º 15/2011 do Secretário para os Transportes e Obras Públicas deu luz verde ao arranque das obras e à venda de fracções em construção na referida parcela, o que veio complicar o tratamento do caso. Será que os serviços competentes criaram intencionalmente a situação, para depois abandonarem o palco e o caso cair no esquecimento?

25 de Maio de 2012

O Deputado à Assembleia Legislativa, Au Kam San